

**EDITAL Nº 16/2023/CMDCA CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 4987408

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE  
SÃO BENTO DO SUL – CMDCA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 16/2023 – EDITAL FIA 2023**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Bento do Sul no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”; Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que “Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”; Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”, Decreto Municipal 2131/2023 e Lei Municipal nº 3.540, de 27 de maio de 2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a seleção pública de projetos para financiamento pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA/SBS) para o ano de 2023.

**1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**1.1.** O propósito da formalização do Termo de Parceria com OSC's devidamente inscritas/registradas no CMDCA/SBS, conforme (Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010), será para a execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do FIA de São Bento do Sul.

**1.2.** O FIA tem por objetivo facilitar o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente. Estas ações se referem, prioritariamente, aos programas de proteção especial às crianças e aos adolescentes expostos a situações de risco pessoal e social, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

**1.3.** Fazem parte deste edital:

**1.3.1.** Anexo I – Requerimento;

**1.3.2.** Anexo II – Formato do Projeto e Descrição técnica do projeto.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- 1.3.3.** Anexo III – Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre a OSC e ou Programa Governamental e o CMDCA/FIA.
- 1.3.4.** Anexo IV – Documentos exigidos para o repasse do recurso.
- 1.3.5.** Anexo V – Plano de Trabalho.
- 1.3.6.** Anexo VI – Minuta do Termo de Fomento.
- 1.3.7.** Anexo VII – Manual para Prestação de Contas conforme lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto nº 2131 de 26 de junho de 2023.

## **2. DOS OBJETIVOS**

**2.1.** O presente edital busca selecionar novos projetos de cunho social, e/ou reedição de projetos que já foram caso de sucesso, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade as práticas das OSC's inscritas/registradas no CMDCA/SBS, conforme (Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010) e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes, bem como qualificar e potencializar os serviços para a promoção da rede de atendimento à criança e adolescente de São Bento do Sul.

**2.2.** Serão considerados os projetos apresentados pelas OSC's, cuja proposta prevejam ações a serem desenvolvidas no período máximo de até 12 (doze) meses e que contemple ações previstas no item **5.5** deste Edital.

**2.3.** Objetivos específicos da parceria:

- 2.3.1.** Promover direitos da criança (pessoa até 12 anos de idade incompletos) e do adolescente (pessoa de 12 a 18 anos incompletos), bem como, oportunizar o fortalecimento da sua autoestima, através de projetos inovadores e complementares;
- 2.3.2.** Promover capacitação profissional de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos, visando prepará-los para inserção no mercado de trabalho, através de projetos de educação e trabalho de orientação profissional e vocacional;
- 2.3.3.** Fornecer informações, contribuir para o amadurecimento de ideias e desenvolvimento de competências;
- 2.3.4.** Resgatar e/ou fortalecer vínculos afetivos, convívio social; e
- 2.3.5.** Atender diretamente crianças ou adolescentes visando seu preparo para o exercício da cidadania enquanto agentes transformadores de sua realidade, com atividades de esporte, lazer ou cultura.

## **3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** O CMDCA de São Bento do Sul não financia projetos de políticas públicas básicas, apenas projetos inovadores e complementares, sem predeterminar o objeto, cabendo a OSC selecionar os eixos de seu interesse.

**3.2.** Garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**3.3.** Para os fins deste edital se entende por projeto o conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela Administração Pública e pelas OSC's.

**3.4.** As decisões de aplicação dos recursos do FIA de São Bento do Sul, bem como, a aprovação e acompanhamento dos projetos voltados a crianças e adolescentes financiados através deste recurso, são de competência exclusiva do colegiado do CMDCA de São Bento do Sul, com base em normativas federais.

**3.5.** Destaca-se ainda que este edital é voltado especificamente para entidades que possuem registro e inscrição de programas junto ao CMDCA de São Bento do Sul, constituindo-se este um critério para acesso aos recursos do FIA de São Bento do Sul.

#### **4. DO RECURSO FINANCEIRO**

**4.1.** O CMDCA/SBS destinará a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**4.1.1** As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por pela Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2023:

**Órgão 10** – Secretaria Municipal de Assistência Social

**Unidade 03** – Fundo da Infância e Adolescência

**Ação 90** – Auxílio Financeiro à Diversas Entidades – FIA

**Elemento de Despesas** – (513) 33.35.043.00000000.3090177 – Subvenção Social.

**4.2** O valor previsto no item 4.1 será aplicado da seguinte forma:

**4.2.1** Os valores destinados para projetos poderão ser utilizados na totalidade para subvenção social, ou no mínimo 70% (setenta por cento), para subvenção social e até 30% (trinta por cento) para obras, reformas e ampliação de estruturas físicas.

**4.2.2** Os recursos previstos para construção, reforma, ampliação ou melhoria de base física poderão ser remanejados para subvenção social, de acordo com a demanda, desde que não implique aumento de despesa.

**4.2.3.** A aplicabilidade do item **4.2.1** deste edital, deverá estar em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.006, de 20 de novembro de 2020 que homologou a Resolução CMDCA nº 16/2020.

**4.2.4** Cada projeto deverá ter valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Cada entidade poderá apresentar um ou mais projetos desde que não ultrapasse o valor estabelecido por projeto.

**4.2.5** Também poderá apresentar projetos em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade.

**4.2.6** Sendo habilitada a proposta das entidades que apresentaram projetos e havendo mais projetos destas entidades e recurso previsto no item **4.1** deste edital, será feito outras rodadas de habilitação de propostas.

**4.2.7** Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos previsto no item **4.1** deste edital.

#### **5. DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DO PROJETO**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**5.1.** As OSC's devem apresentar seus projetos para a análise, apreciação e deliberação do CMDCA, dentro do prazo de inscrição estipulado.

**5.2.** Para inscreverem projetos a serem financiados com recursos do FIA as OSC's deverão:

**5.2.1.** Estar em dia com o registro no CMDCA/SBS, durante a vigência do projeto.

**5.2.2.** Não possuir prestação de contas pendentes de aprovação.

**5.2.3.** É vedada a participação no presente Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil (OSC) que tenha em seu quadro de dirigente: tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

**5.2.4.** Ficarão impedidas de participar no presente Edital, as Organizações da Sociedade Civil que não atenderem as exigências da Lei nº 13.019/2014 e alterações, bem como aquelas impedidas de contratar ou celebrar contratos e parcerias com a Administração Pública.

**5.3.** Somente poderão ser selecionados projetos desenvolvidos ou criados pelas organizações selecionadas, passíveis de financiamento pelo CMDCA e o FIA de São Bento do sul.

**5.4.** Os projetos inscritos, deverão atender crianças e ou adolescentes e estarem em conformidade com a legislação vigente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 137/2010/CONANDA, Lei Municipal nº 3.540/2015 e Resolução nº 16/2020/CMDCA que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de São Bento do Sul, homologado por meio do Decreto Municipal nº 2.006, de 20 de novembro de 2020.

**5.5.** O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a atenção a crianças e atendimentos, sob a orientação e recomendação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de São Bento do Sul – 2017/2026, (<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/d/444#.WNUi6m8rKUk>), com base nos seguintes eixos:

**5.5.1** Eixo 1 – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes;

a) Promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade.

b) Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, com promoção da equidade e afirmação da diversidade.

**5.5.2** Eixo 2 – Proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

a) Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

b) Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados.

**5.5.3** Eixo 3 – Participação de crianças e adolescentes;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- a) Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a expressão livre de crianças e adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.
- 5.5.4** Eixo 4 – Controle Social da efetivação dos direitos; e
- a) Universalização e fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente para assegurar seu caráter paritário, deliberativo e controlador, garantindo a natureza vinculante de suas decisões.
- 5.5.5** Eixo 5 – Gestão da política
- a) Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.
- b) Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.
- c) Qualificação de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.
- d) Implementação de monitoramento gerencial do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.
- e) Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.
- 5.6.** Para execução das propostas do projeto, podem ser financiadas as despesas de acordo com a Resolução nº 137/2010/CONANDA e demais normativas do CMDCA de São Bento do Sul, permitida:
- 5.6.1.** Para subvenções sociais de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente e conforme orientações dos itens **4.2.1** e **5.5** deste edital;
- 5.6.2.** Para auxílio investimento, na aquisição de material permanente, bens móveis, mobiliário, equipamentos, materiais de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento do projeto e conforme orientações do item **4.2.2.** Deste edital;
- 5.7.** Não serão objetos de financiamento:
- 5.7.1.** Despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.
- 5.7.2.** Transferência sem a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e São Bento do Sul;
- 5.7.3.** Financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente.
- 5.7.4.** Projetos que visem o pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade;
- 5.7.5.** Projetos com prazo de execução superior a doze meses;
- 5.7.6.** projeto realizado nos últimos 3 anos, de forma consecutiva, em atendimento ao inciso I, Art. 15 da Resolução nº 137/2010/CONANDA;
- 5.7.7.** Despesas com uso de veículo/transporte que não tenha comprovação de vínculo com a entidade contemplada;
- 5.7.8.** Projetos que atendam as atividades já previstas no plano de ação das OSC's; e
- 5.7.9.** Projetos que prevejam contrapartida financeira ou por meio de prestação de serviços do público-alvo.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**5.8.** Em caso de utilização de veículo/transporte, é necessário a observância das normas regulamentadoras junto aos órgãos competentes de trânsito, sendo vedado a utilização de veículo particular.

**5.8.1.** Havendo a utilização de veículo/transporte custeado pelo projeto, incluindo despesas com combustível, deverá a entidade solicitante especificar a quilometragem estimada de deslocamento, finalidade e vínculo com o projeto.

**5.9.** Os projetos que contemplem as práticas desportivas deverão observar a Resolução nº 155/2012/CONANDA.

**5.10.** Os projetos aprovados poderão ser cofinanciados por no máximo 3 (três) anos consecutivos.

**5.11.** Todos os projetos devem estar direcionados para o município de São Bento do Sul.

## **6. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO**

**6.1.** As OSC's interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício, seus projetos na sede do CMDCA/SBS, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11:30 h e das 13 h às 16 h, no período de 28 de agosto a 08 de setembro de 2023.

**6.2.** A inscrição de projetos das OSC's será efetuada mediante:

**6.2.1.** Apresentação dos **anexos: I** - "Requerimento", **II** - "Formato e descrição técnica do projeto" **III** - "Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre a OSC e ou Programa Governamental e o CMDCA/FIA".

**6.2.2.** Cópia do atestado de funcionamento vigente junto ao CMDCA, documento comprobatório do registro previsto no item 3.5 deste edital

**6.2.3.** Apresentar três orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, data de emissão, nome do estabelecimento, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física.

**6.2.4.** O projeto que não estiver de acordo com o **anexo II** deste edital será inabilitado automaticamente.

**6.2.5.** O **anexo II** "Formato e descrição técnica do projeto" deverá ser entregue em cópia física devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da OSC e em mídia eletrônica.

**6.3.** Para celebração do Termo de Fomento, **anexo VI**, se faz necessário a apresentação dos documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 2131/2013 e seu respectivo Manual de Prestação de Contas, e listados no **anexo IV** deste edital, sendo que os mesmos deverão estar em período de vigência.

**6.3.1.** No ato da inscrição não será necessário anexar os documentos discriminados no **anexo IV** – "Documentos exigidos para o repasse da contribuição financeira".

**6.4.** Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente qual seja o resultado.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**6.5.** Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo respectivo responsável (Engenheiro, Arquiteto, Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros).

**6.6.** Os projetos que preveem aquisição de bens materiais (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, entre outros) e prestação de serviços de terceiros, deverão ser apresentados, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor/fabricante ou notório saber, neste caso a OSC deverá apresentar justificativa.

**6.7.** Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições recebidas por correio.

**6.8.** Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições dos projetos suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

**6.9.** Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

**6.10.** No quadro do orçamento do Projeto deverá constar a quantidade de itens que será adquirido, bem como o valor do item de acordo com a média calculada, conforme item **16** do **anexo II**.

**6.11.** O valor do item a ser adquirido deverá ser feito pela média dos três orçamentos para cada bem e/ou serviço que se deseja adquirir/contratar, que deverá ser lançada no quadro de cotação e com as devidas médias calculadas.

**6.12.** Para a prestação de contas, o produto/serviço a ser adquirido deverá ser o de menor valor e estar dentro da média de preços apresentada no quadro de orçamento do Projeto, devendo apresentar no mínimo três orçamentos obtidos na tomada de preço, quando de sua compra.

## **7. DA FASE DE SELEÇÃO**

**7.1.** A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
<b>1</b>	Publicação do Edital de Chamamento Público.	Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.
<b>2</b>	Consulta Pública do Edital	<b>a)</b> permanecer em consulta pública por 30 dias corrido após a publicação no DOM/SC, conforme determina a Lei nº 13.019/2014; e





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

		b) dentro do período da consulta pública, convocar uma reunião com as entidades inscritas no Conselho, com o objetivo de fornecer subsídios para a apresentação dos projetos, conforme determina a Lei nº 13.019/2014.
3	Envio de inscrição de propostas.	Durante o período de inscrição de projetos previsto no item 6.1 deste edital
4	Etapa avaliativa da proposta.	As propostas serão apresentadas em plenária do CMDCA e na sequência serão encaminhados a Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto, devendo esta: a) analisar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital e emitir parecer para cada projeto. b) realizar as diligências previstas no item 6.8. deste edital, caso julgue necessária. c) apreciar e emitir seu parecer, caso seja apresentado interposição de recurso contra o indeferimento da proposta. d) priorizar que a etapa avaliativa seja cumprida em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento das propostas pela plenária do Conselho.
5	Fase de divulgação dos resultados	Após a emissão dos parecer da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos, o CMDCA deverá: a) publicar a relação dos projetos pré selecionados e abrir prazo para recursos; b) havendo recursos, encaminha para a Comissão de Análise de Acompanhamento de Projetos para averiguação e emissão de parecer; c) avaliar o parecer da comissão refere a análise dos recursos ou, não havendo a interposição de recursos, colocar em votação o relatório final, homologando assim os projetos aprovados.

**7.2. Avaliação:** as propostas serão avaliadas pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto em três fases distintas:

**7.2.1. HABILITAÇÃO:** consiste no estrito cumprimento deste Edital.

**7.2.2. AVALIAÇÃO:** os projetos serão avaliados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos; realizar visitas *in loco* para avaliação/constatação; e poderá recorrer a quaisquer instâncias externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão.

**7.2.2.1.** Se necessário, a Comissão poderá solicitar alteração/adequação na Descrição Técnica do Projeto.

**7.2.3. APRECIÇÃO:** encaminhamento do parecer para apreciação na plenária do Conselho.

**7.2.4.** Os projetos pré selecionados pela Comissão serão apreciados pela plenária do CMDCA que, publicará a relação dos projetos pré aprovados, a após passado o prazo





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

de recursos previstos no item 9 deste edital publicará a relação final dos projetos aprovados.

**7.3. Os critérios de avaliação são:**

<b>1. Objetivos (15 Pontos)</b>			
	Atende (Nota 3)	Atende Parcialmente (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
1.1 Adequação ao tema, contendo informações sobre ações a serem executadas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.			
1.2 Qualidade técnica e administrativa.			
1.3 Quadro de profissionais			
1.4 Prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.			
1.5 Planejamento e avaliação das ações e metas a serem atingidas.			

<b>2. Condições técnicas e físicas (9 pontos)</b>			
	Atende (Nota 3)	Atende Parcialmente (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
2.1 Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil – OSC – dispõe de condições técnicas e físicas para execução do objeto do projeto.			
2.2 Capacidade técnico-operacional da Organização da Sociedade Civil – OSC – por meio de experiência comprovada de realizações, atividades ou projetos relacionados com o objeto do atual projeto proposto.			
2.3 Cita e descreve com clareza, utiliza diversas linhas metodológicas e descreve bem suas fundamentações, demonstrando conhecimento sobre o tema.			

<b>3. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto). (9 Pontos)</b>			
	Atende (Nota 3)	Atende Parcialmente (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
3.1 Benefício gerado com a implantação do projeto			



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.			
3.2 Possibilidade de continuidade da execução do projeto após término do contrato.			
3.3 Benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido.			

<b>4. Inovação e criatividade (6 Pontos)</b>			
	Atende (Nota 3)	Atende Parcialmente (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
4.1 Comprovação de que o projeto proposto é inovador e criativo.			
4.2 Possui práticas inovadoras e criativas que promovam a garantias de direitos da criança e do adolescente.			

<b>5. Análise do valor proposto (6 pontos)</b>			
	Atende (Nota 3)	Atende Parcialmente (Nota 2)	Não Atende (Nota 1)
5.1 O valor da proposta é compatível com os preços praticados no mercado.			
5.2 O valor é compatível com as metas/etapas do projeto e com o número de crianças e/ou adolescentes a serem atendidos.			

**7.4.** Serão eliminadas aquelas propostas cuja pontuação total for inferior a 16 (dezesesseis) pontos, somados no item **7.3** deste edital.

**7.5.** Nos critérios de julgamento, serão privilegiados, a inovação e criatividade, bem como, a experiência no atendimento às crianças ou adolescentes e oferecimento de espaço favorável, inovador e criativo.

**7.6.** Os critérios de desempate serão os elencados no item **7.3** na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, a plenária do CMDCA fará o desempate tendo como referencial o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente de São Bento do Sul.

**7.7.** No caso de apresentação de mais de um projeto por entidade, será analisada a abrangência/público alvo e finalidade e poderá ser considerada a designação de prioridade apontada pela entidade.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**7.8.** Após o processo de avaliação proposto no item **7.3** deste edital os projetos habilitados serão encaminhados à plenária do CMDCA/SBS de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital, que publicará no DOM a relação dos projetos pré selecionados.

**7.9** Após o prazo para apresentação de recurso previsto no item **9.1** deste edital, o parecer final da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto segue para homologação do CMDCA conforme o item **9.2** deste mesmo edital.

## **8. COMISSÃO AVALIADORA**

**8.1.** A Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público a ser constituída na forma de Resolução, observando ainda normas específicas do Conselho, previamente à etapa de avaliação das propostas, pelo CMDCA.

**8.2.** O ato de designação da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto será publicado em meio oficial de comunicação, com composição integral de conselheiros do CMDCA, devendo participar pelo menos 01 (um) servidor efetivo do quadro de pessoal da administração pública do município.

**8.3.** Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do inciso III do art. 39 da Lei nº 13.019 de 2014.

**8.4.** A declaração de impedimento de membro da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**8.5.** Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

**8.6.** A Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

## **9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** Poderá ser apresentado recurso contra o resultado dos projetos pré selecionados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão previsto no item



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**7.8** deste edital, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão do resultado.

**9.2.** Após o julgamento dos recursos pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, os projetos pré selecionados serão homologados pelo CMDCA, com divulgação e publicados na página do sítio oficial do Município de São Bento do Sul, cujo site é [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

## **10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

**10.1.** O resultado final da seleção dos projetos estará disponível na página do Município, [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios – DOM após aprovação em reunião plenária do CMDCA/SBS

**10.2.** A entidade também será notificada por correspondência eletrônica sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o endereço eletrônico informado no projeto).

**10.3.** Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

## **11. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA.**

**11.1.** A partir da divulgação da homologação dos projetos aprovados, previsto no item **7.9** e **9.2** deste edital, impreterivelmente a entidade terá até quinze dias úteis, para entregar e protocolar a documentação que consta no **anexo IV**, na sede do CMDCA/SBS, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11h30min e das 13 h às 16 h, devendo constar:

**11.1.1.** Documentação completa discriminada no **anexo IV**;

**11.1.2.** Plano de Trabalho estabelecido no **anexo V**; e

**11.1.3.** Declarações estabelecidas no **anexo IV**, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

**11.2.** A entidade que não cumprir a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderá automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano-calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo CMDCA/SBS.

**11.3.** A necessidade superveniente da documentação acima poderá ser requerida a entidade, devendo ser entregue no prazo de até 15 dias úteis a contar do recebimento da notificação, sob as penas previstas no item **14.3** deste edital.

**11.4.** Os projetos aprovados pelo CMDCA/SBS serão encaminhados ao Departamento do Controle Interno da Prefeitura de São Bento do Sul com a documentação e anexos previstos no item **11.1** deste edital que procederá com a tramitação legal.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

## **12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**12.1.** Os projetos aprovados pelo CMDCA/SBS e que finalizaram o prazo de execução dos mesmos, deverão protocolar a prestação de contas dos recursos recebidos de acordo com o Termo de Parceria assinado, na sede do CMDCA/SBS.

**12.2.** Após a ciência da prestação de contas, a plenária do CMDCA/SBS encaminhará a documento da mesma à Comissão de Administração e Fiscalização do FIA para seu parecer,

**12.3.** Diante do parecer previsto no item anterior, a plenária do CMDCA colocará em votação o parecer, encaminhando em seguida ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura de São Bento do Sul, acompanhado da documentação original, cópia do parecer da Comissão de Administração e Fiscalização do FIA e cópia da ata do CMDCA da deliberação da prestação de contas.

**12.4.** Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

**12.5.** No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado ficha de inscrição, lista de presença dos participantes com Nome, número de RG ou CPF, telefone de contato e endereço eletrônico, bem como fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

**12.6.** As contas apresentadas e não aprovadas pelo órgão competente, após parecer do Departamento de Controle Interno, obrigam a entidade, no prazo imprerível de 05 (cinco) dias a partir da notificação, a devolver os valores recebidos devidamente atualizados segundo os índices oficiais (UFM – Unidade Fiscal Municipal), sob pena das consequências previstas na legislação respectiva, de ordem administrativa, civil e criminal, bem como daquelas previstas no item **14.3** deste edital.

**12.7.** Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer ao Decreto Municipal nº 2131/2023 e no seu respectivo Manual para Prestação de Contas (ANEXO VII)

## **13. CRONOGRAMA/PRAZOS**

**a)** aprovação do Edital: até o dia **26/07/2023**.

**b)** lançamento do Edital: **até 3 dias úteis pois aprovação do edital.**

**c)** consulta pública: **por 30 dias após a publicação no DOM.**

**d)** reunião para apresentação do edital: **15/08/2023.**

**e)** apresentação/entrega dos projetos: de **28/08/2023** a **08/09/2023.**

**f)** análise pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto: de **11/09/2023** à **22/09/2023.**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

g) Deliberação pelo CMDCA/SBS sobre a classificação dos projetos habilitados pela Comissão: **25/09/2023**.

h) Publicação dos projetos pré selecionados, dando prazo para interposição de recurso: **até 5 (cinco) dias úteis**;

i) análise das interposições de recurso pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projeto:

j) homologação do resultado pelo CMDCA, após apresentação do parecer da Comissão mencionado na alinéa anterior (i) e divulgação dos projetos aprovados: **no primeiro dia útil após o fim do prazo para interposição de recursos ou da homologação do resultado pelo CMDCA, mencionado na alinéa anterior (i)**.

l) entrega da documentação referente ao item 11.1 deste edital: **até 15 (quinze) dias úteis após a notificação via correspondência eletrônica pelo CMDCA/SBS**.

#### **14. TERMO DE COMPROMISSO**

**14.1.** A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e se responsabiliza por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

**14.2.** A instituição beneficiada deverá divulgar a execução do projeto em, no mínimo, 3 (três) diferentes veículos de comunicação (inclusive imprensa local escrita – jornal), sendo uma delas, encaminhada ao Departamento de Imprensa da Prefeitura.

**14.2.1.** Na publicação deverá constar o nome do projeto, o objetivo, período de vigência, o valor recebido e que o mesmo foi contemplado com recursos do FIA.

**14.2.2.** A divulgação deve ser comprovada juntamente na prestação de contas do referido projeto.

**14.3.** A não observância destas condições, inclusive do item **14.2** deste edital, implica o cancelamento automático da proposta, inclusive com a devolução total, atualizado pela Unidade Fiscal do Município (UFM), dos recursos subvencionados, caso já tenha recebido o recurso e na exclusão do proponente de eventual solicitação de recursos do FIA no edital subsequente, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

**14.4.** A entidade deverá comprovar o vínculo empregatício de todos os profissionais envolvidos e citado no Projeto. Os documentos comprobatórios deverão ser entregues conforme determina o item 13 deste edital.

#### **15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL**

**15.1.** A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### **16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**16.1.** A liberação do recurso deverá acontecer, após aprovação de Lei específica, pela Câmara de Vereadores e respeitando o cronograma do Departamento de Controle Interno e da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de São Bento do Sul.

**16.2** havendo sobra de recurso, oriundo da economicidade na execução do projeto, a entidade poderá solicitar ao CMDCA/SBS a ampliação da quantidade dos objetos/itens solicitados, previsto no item **16** do **anexo II** deste Edital.

**16.2.1.** A entidade poderá solicitar diretamente a plenária do CMDCA/SBS, sem necessidade do parecer da Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos, uma vez que esta está ciente do Projeto.

**16.3.** O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

**16.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do CMDCA/SBS.

**16.5.** Das decisões sobre a improcedência apreciando o recurso administrativo interposto pela parte preterida não caberá novo recurso.

**16.6.** Todos os projetos em execução poderão ser fiscalizados a qualquer momento pelos (as) Conselheiros (as) do CMDCA/SBS, independente de prévio aviso.

**16.7.** Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderão ser obtidos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Rua João Mühlbauer, 169 – Serra Alta – São Bento do Sul/SC, no horário das 08 h às 11h30min e das 13 h às 16 h, com o Secretário Administrativo do CMDCA de São Bento do Sul, ou por telefone (47) 3633-7041.

## **17. DO FORO**

**17.1** Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando as partes a qualquer outro foro, mesmo que privilegiado.

São Bento do Sul, SC, 26 de julho de 2023.

**Gilmar Luiz Pollum**

Gestor do FIA de São Bento do Sul

**Antônio Jauri da Costa**

Presidente do CMDCA de São Bento do Sul





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**ANEXO I – Minuta do Requerimento**

São Bento do Sul, ..... de ..... de .....

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**Prezado Conselho**

Atendendo ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 06/2023**, encaminhamos o projeto “.....” para apreciação do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de São Bento do Sul (FIA).

Esclarecimentos acerca do projeto supracitado, poderão ser prestados pelo(a) Sr(a) ..... pelo(s) telefone(s) ..... ou endereço eletrônico .....

Atenciosamente;

**FULANO(S) DE TAL**

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade  
ou Programa/Secretário Municipal  
(poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)**ANEXO II – Formato e descrição técnica do projeto**

*Redação: Devem ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entrelinhas 1,15 cm; fonte times new Roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3 cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato “retrato”).*

**Folha de Rosto – Resumo do Projeto**

(deve estar sozinho na primeira página)

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME DO PROJETO:

<b>PROPONENTE DO PROJETO (ENTIDADE)</b>			
Nome:			
CNPJ nº:			
Endereço:	Nº:	Comp.:	
Bairro:	Cidade:	Estado:	
Telefones:	CEP:		
Site:	E-mail:		
Registro no CMDCA nº:	Validade do Registro:		
Nome do responsável legal da entidade:			
Telefones:	E-mail:		
Nome do responsável (1) técnico do projeto:			
Telefones:	E-mail:		
Nome do responsável (2) técnico do projeto:			
Telefones:	E-mail:		

<b>RESUMO DAS INFORMAÇÕES</b>
<i>(Cerca de 10 linhas – contemplar os seguintes itens: o que é o projeto; área de atuação; o que será oferecido)</i>
Objetivo Geral:
Objeto a ser financiado:
Público alvo / faixa etária:
Quantidade de atendimento:
Horário de funcionamento do projeto:
Valor total do projeto:
Valor solicitado ao CMDCA:
Duração do projeto (nº de meses):
Prioridade do Projeto:
<i>*(Principal, Secundário, ...)'Caso haja mais de um projeto apresentado'</i>



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

## **1. DADOS INSTITUCIONAIS**

1.1. Instituição responsável e logotipo – se houver.

1.2. Endereço

1.3. Ano de fundação da organização.

1.4. Missão da organização.

1.5. Diretoria.

## **2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

*É um breve histórico da entidade..*

*A entidade diz quem é e o que faz.*

*Descreve as suas atividades fins realizadas.*

*Sustentabilidade financeira e administrativa*

## **3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

*O proponente deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para melhor entendê-lo.*

*O proponente deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto?*

*Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.*

### **3.1 OBJETO A SER FINANCIADO**

*Descrição do que será o objeto do financiamento.*

*Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.*

*Atenção: objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.*

## **4. PÚBLICO ALVO**

*Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto.*

*Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso).*



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

*De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos.*

*Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto da mensalidade recebido por cada beneficiário.*

<b>Público</b>	<b>Nº de atendimentos direto</b>	<b>Nº de atendimentos indireto</b>	<b>Quantidade de atendimentos gratuitos</b>	<b>Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial</b>	<b>Quantidade de atendimentos pagamento integral</b>
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
<b>Total</b>					

## 5. OBJETIVOS

### 5.1 Geral

*Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?*

### 5.2 Objetivos Específicos

*Que ações serão feitas para atingir o objetivo geral (5.1).*

*Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis.*

## 6. ATIVIDADES EXECUTADAS:

<b>Objetivo</b>	<b>Resultado Esperado</b>	<b>Atividades</b>	<b>Período</b>
	<b>Quantitativos</b>	<b>Qualitativos</b>	<b>Principais</b>

## 7. METODOLOGIA

*Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.*

## 8. INDICADORES DE RESULTADOS

*Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.*

*Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário.*



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

*Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.*

**Atividade                      Indicadores de Progresso                      Meios de verificação**

## 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Ex:

Atividade	Mês (Após o recebimento do recurso)											
	1º	2º	3º	4º	5º	...	...	...	...	...	11º	12º
Aquisição de produto X	x											
Contratar de técnico Y	x											
Aulas Z	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Encerramento												x

## 10. EQUIPE TÉCNICA DA ENTIDADE

*Deve constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto e se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.*

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício
------	----------	--------	-----------------------	----------------------

## 11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

*Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.*

*Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso.*

### 11.1 Parceiros

*Deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.*

Parceiro	Ação
Nome Completo	Principais funções no projeto
Nome Completo	Principais funções no projeto

## 12. SUSTENTABILIDADE

*Descreva os elementos que favorecerão a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.*

*Como o projeto se manterá após o recurso do FIA?*



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

*Como o projeto será apropriado pela comunidade.*

### 13. FINANCEIRO

*Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento - Deve constar os nomes.*

### 14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

*Como a entidade solicitante de recursos divulgará suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opiniões nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em São Bento do Sul.*

*É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.*

Ex:

	<b>Tipo de Mídia</b>	<b>Quantidade</b>
1.	Folders, panfletos e outros impressos	1000 folders 1000 panfletos
2.	Material em Jornais impressos	2 reportagens
3.	Página na internet	3 postagens em mídias sociais

### 15 – MÉDIAS DOS ORÇAMENTOS

*O quadro de média dos itens a serem adquiridos deverá conter os valores apresentados em cada orçamento para cada item, após lançado os valores individuais será extraído a média, onde será somado todos os valores e dividir pelo número de orçamentos apresentados.*

*Este valor será lançado no quadro do Orçamento no item 16.*

Ex 1:

<b>Objeto</b>	<b>Orçamento 1 Empresa A R\$</b>	<b>Orçamento 2 Empresa B R\$</b>	<b>Orçamento 3 Empresa C R\$</b>	<b>Média R\$</b>
Palestrante – hora	120,00	150,00	90,00	120,00

Ex 2:

<b>Objeto</b>	<b>Orçamento 1 Empresa A R\$</b>	<b>Orçamento 2 Empresa B R\$</b>	<b>Orçamento 3 Empresa C R\$</b>	<b>Média R\$</b>
Apostila encadernada com 30fls	18,00	20,00	25,00	21,00

Ex 3:

<b>Objeto</b>	<b>Orçamento 1 Empresa A R\$</b>	<b>Orçamento 2 Empresa B R\$</b>	<b>Orçamento 3 Empresa C R\$</b>	<b>Orçamento 4 Empresa D R\$</b>	<b>Média R\$</b>
TV LED 32 polegadas	1.200,00	1.800,00	1.500,00	-	1.500,00
DVD	300,00	370,00	330,00	400,00	350,00



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Microfone	-	100,00	110,00	120,00	110,00
-----------	---	--------	--------	--------	--------

## 16 – ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, com descrição dos itens/serviços pesquisados. Para cumprir as exigências legais, Lei 14133/2021, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor ou por meio de correspondência eletrônica com nº do CNPJ incluso.

O orçamento deve estar de acordo com a média calculada no quadro anterior e com o preço de mercado porque o CMDCA analisará os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Em caso de contratação de profissional, o mesmo deverá constar as horas a serem utilizadas, o valor de cada hora e na prestação de contas deverá ser apresentado o contrato de prestação de serviço ou o documento legal de voluntariado.

Em caso de seminário/palestra/curso deverá ser observado as orientações do Manual de Prestação de Contas disposto no Decreto Municipal nº 2131/2023, Item 2, letra K.

Ex:

Objeto	Quantidade	Valor média unitário R\$	Valor Total R\$
Palestrante	40h	120,00	4.800,00
Apostila encadernada com 30fls	30 unid.	21,00	630,00
TV LED SMART 32 polegadas	1 unid.	1.500,00	1.500,00
DVD	1 unid.	350,00	350,00
Microfone	2 unid.	110,00	220,00
<b>Total R\$</b>			<b>7.500,00</b>

## 17. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Ex:

Natureza da Despesa	Mês 1 R\$	Mês 2 R\$	Mês 3 R\$	Mês 4 R\$	Mês 5 R\$	...	...	...	...	...	Mês 11 R\$	Mês 12 R\$	Total R\$
1. Custos Fixos	7.500,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	7.500,00
2. Custos Variáveis	0,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	0,00
<b>Total Geral R\$</b>	<b>7.500,00</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>7.500,00</b>





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

---

**18. VALOR DO PROJETO**

*Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto, bem como o valor a ser captado, ou seja, acrescido os 20% que ficarão no FIA.*

Valor total do projeto: R\$ 7.500,00

Valor solicitado ao CMDCA: R\$ 7.500,00

Valor da contrapartida: R\$ 0,00

São Bento do Sul, ..... de ..... de .....

---

Assinatura do responsável

Nome

Cargo



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**ANEXO III – Minuta da Declaração**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO            estar            ciente            da            obrigatoriedade            da  
\_\_\_\_\_  
(Organização da  
Sociedade Civil ou Programa Governamental) proponente do projeto  
“\_\_\_\_\_”, de divulgar o apoio do Conselho  
Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através da logomarca  
do Fundo Municipal para a Infância e Adolescente (FIA), por meio de placa fixada na  
sede, adesivos ou impressos, constando a parceria existente com este Conselho,  
conforme o seguinte modelo:



São Bento do Sul, ..... de ..... de .....

**FULANO(S) DE TAL**

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade  
ou Programa/Secretário Municipal  
(poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO IV – Documentos exigidos para o repasse do recurso de acordo com o  
Decreto 2131/2023**

01	Ofício com a Manifestação de Interesse Social do Presidente da Organização da Sociedade Civil dirigido ao Prefeito solicitando o recurso de forma sucinta, clara e precisa, se cabível. (Modelo encontrado no Manual de Prestação de Contas – Anexo I do Anexo VII deste edital)
02	Possuir, no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
03	Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, devidamente comprovado através de atestado;
04	Relatório das atividades realizadas pela Organização da Sociedade Civil no período de um ano, contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
05	Plano de trabalho completo, assinado pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil, constando: a) Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto. b) Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter, bem como região e/ou comunidade beneficiada. c) Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos. d) Especificação de todas as demais fontes de recursos que financiarão o objeto, com os valores estimados, se for o caso. e) Plano de Aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados. f) Cronograma Físico de execução. g) Cronograma Financeiro de Desembolso. h) Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.
06	Instalações, capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos e o cumprimento das metas estabelecidas.
07	Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
08	Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ( <a href="https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir">https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir</a> )
09	Certidão Negativa de Débitos Fiscais de Santa Catarina ( <a href="https://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/14/CND_-Certid%C3%A3o_Negativa_de_D%C3%A9bitos_Fiscais">https://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/14/CND_-Certid%C3%A3o_Negativa_de_D%C3%A9bitos_Fiscais</a> )
10	Certidão Negativa de Débitos municipais de São Bento do Sul ( <a href="https://saobentodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/certidao-negativa-de-debitos/detalhar/1?">https://saobentodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/certidao-negativa-de-debitos/detalhar/1?</a> ). Caso a O.S.C. for de outro município, apresentar a CND municipal de domicílio.
11	<i>Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas</i> ( <a href="https://www.tst.jus.br/certidao1">https://www.tst.jus.br/certidao1</a> )
12	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF ( <a href="https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf">https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf</a> )
13	Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, constando como sem fins lucrativos e contendo no mínimo finalidade da Organização da Sociedade Civil, mandato da diretoria, dissolução e demais preceitos do código civil ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

14	Certificado de Regularidade de Entidade Pública válido, emitido pela Câmara de Vereadores.
15	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual e conselho fiscal;
16	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade (Presidente, Diretor Financeiro/Tesoureiro), com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles, apresentando cópias destes documentos;
17	Cópias de Alvará de Funcionamento e de Alvará Sanitário da instituição, conforme o caso;
18	Registro da organização da Sociedade Civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;
19	Declaração do dirigente da entidade, com identificação de seu nome completo, número da carteira de identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física/MF (CPF), de que: a) a organização não está inadimplente com prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades; b) assume responsabilidade pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da Parceria, bem como os da devida contrapartida, se for o caso;
20	Comprovação de que a instituição dispõe de pessoal habilitado para execução do Projeto, quando assim exigir a natureza do objeto da Parceria;
21	Declaração original e recente do gerente da instituição financeira pública oficial, comprovando que a Organização da Sociedade Civil é correntista e que mantém a conta ativa. A conta-corrente precisa ser específica para recebimento dos recursos da parceria.

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

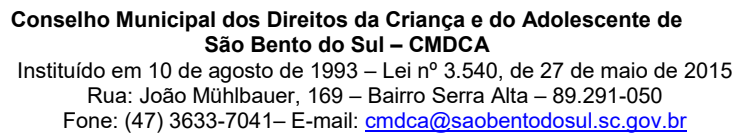
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

**ANEXO V – Plano de Trabalho****PLANO DE TRABALHO 1/3****1 – DADOS CADASTRAIS**

Proponente		CNPJ	
Endereço			
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
Nome do Responsável			C.P.F.
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	E-mail	
Endereço			C.E.P.

**2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:	Período de Execução	
	Início:	Término:
Identificação do Objeto:		
Justificativa:		





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**PLANO DE TRABALHO 3/3**

**5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)**

**CONCEDENTE**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

**PROPONENTE**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

**6 – DEFERIMENTO SOLICITADO**

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho proposto no ano de \_\_\_\_\_.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Conveniente

**7 – MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE**

Deferido	
_____ Local e data	_____ Concedente
Indeferido	
_____ Local e data	_____ Concedente





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**\*ANEXO VI – Minuta do Termo de Fomento**

**TERMO DE FOMENTO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ – FIA**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO  
MUNICÍPIO PARA A INFÂNCIA E  
ADOLESCÊNCIA DE SÃO BENTO DO  
SUL E \_\_\_\_\_  
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado o FUNDO MUNICÍPIO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob n. 18.560.860/0001-45, com sede e foro na Rua João Mühlbauer, n. 169, Serra Alta, neste ato representado por seu (sua) Gestor (a) \_\_\_\_\_, portador do RG n. \_\_\_\_\_ e do CPF n. \_\_\_\_\_, designado por meio da Portaria \_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominado (a) CONCEDENTE e do outro lado \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, neste ato representado (a) por seu (sua) Presidente, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) a \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado (a) PROPONENTE, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, amparados na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº \_\_\_\_\_ e no Decreto Municipal nº 2131/2023 e nas normas da instrução normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto subvencionar, com recursos do FIA, o Projeto \_\_\_\_\_, conforme Plano de Trabalho proposto pelo (a) PROPONENTE e aprovado pelo (a) CONCEDENTE e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA/SBS).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

2.1 – Este Termo terá como gestor (a) o (a) PROPONENTE \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, a qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na colaboração.

2.2 – O (A) CONCEDENTE nomeia como gestor (a) do presente Termo de Fomento \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, conforme Portaria nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

3.1 – Para execução do presente Termo de fomento serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – Os recursos de que trata a Cláusula Terceira será repassada pelo (a) CONCEDENTE, em \_\_\_\_\_ parcela sendo de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Parágrafo único: Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta bancária específica da parceria em instituição financeira oficial, observando o disposto no Art. 51 da Lei nº 13.019/2014-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência \_\_\_\_\_, Conta-Corrente nº \_\_\_\_\_ a favor da \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

5.1 – Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados no seu objeto, desde que previamente aprovado pelo CMDCA/SBS, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 03 – Fundo da Infância e Adolescência

Ação 0.090 – Auxílio Financeiro à Diversas Entidades – FIA

Elemento de Despesas (513) 33.35.043.00000000.3090177 – Subvenção Social.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**

**7.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:**

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda ou Quarta deste Termo de Fomento;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

**7.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:**

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Termo de Fomento na conta-corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal Nº2131/2023;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto da colaboração, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do termo de Fomento ou dos prazos previstos no presente termo, observando a Cláusula Quarta deste Termo;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

V. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Fomento;

VI. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

8.1 – O (A) PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- d) não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Fomento.

Parágrafo único: Compromete-se, ainda O (a) PROPONENTE, a recolher à conta do (a) CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

9.1 – O PROPONENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término do Termo de Fomento ou de acordo com o prazo estabelecido na Lei que autorizou o repasse do recurso, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, os seguintes documentos :

- a) Ofício de encaminhamento - modelo Anexo VIII do Manual de Prestação de contas conforme Decreto Municipal nº 2131/2023;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo IX do Manual de Prestação de contas conforme Decreto Municipal nº 2131/2023;
- c) Relatório de Execução Financeira, com descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com execução do objeto acompanhado dos seguintes documentos:
  - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo X do Manual de Prestação de contas conforme Decreto Municipal nº 2131/2023;
  - Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, orçamentos prévios, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras; com declaração do responsável certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas - modelo Anexo XI do Manual de Prestação de contas conforme Decreto Municipal nº 2131/2023;
  - Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED/PIX) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
  - Extrato bancário com movimentação completa do período incluindo os valores do repasse e suas respectivas aplicações financeiras, se realizada;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- Conciliação bancária, quando for o caso;
- Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado no objeto, se for o caso;

d) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Plano de Trabalho contemplado.

f) Relatório de Execução do Objeto : descrevendo as atividades desenvolvidas no período informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa ou eletrônica, registros fotográficos, matérias jornalísticas todos devidamente datados, e os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

i) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>)

j) Certidão Negativa de Débitos Fiscais de Santa Catarina ([https://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/14/CND\\_-\\_Certid%C3%A3o\\_Negativa\\_de\\_D%C3%A9bitos\\_Fiscais](https://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/14/CND_-_Certid%C3%A3o_Negativa_de_D%C3%A9bitos_Fiscais))

k) Certidão Negativa de Débitos municipais de São Bento do Sul (<https://saobentodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/certidao-negativa-de-debitos/detalhar/1?>). Caso a O.S.C. for de outro município, apresentar a CND municipal de domicílio.

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<https://www.tst.jus.br/certidao1>)

m) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>)

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

10.1 – Fica ainda proibido ao PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta-corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) realizar despesas com:
  - a1) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- b1) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da colaboração, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c1) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- d1) pagamento de despesas bancárias conforme art.51 da lei 13.019/14.

Parágrafo único: Não serão financiados gastos com aluguel de imóvel (com base na Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA Nº 137/2010).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 – Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO**

12.1 – O presente Termo de Fomento terá vigência a partir da publicação deste Termo até o prazo previsto no item 9 (Cronograma de Atividade) do Anexo I (Formato do Projeto), do Edital de Chamamento Público Nº 16/2023 – Edital FIA 2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

13.1 – Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do (a) CONCEDENTE, do CMDCA/SBS e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 – Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Fomento.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 – Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome  
Gestor do FIA de São Bento do Sul

Nome  
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

Nome  
Presidente da Entidade

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
RG:

Nome:  
*RGPAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO*



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO VII**

**MANUAL PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS  
CONFORME LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E  
DECRETO Nº 2131 DE 26 DE JUNHO DE 2023.**

**1. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Este manual tem a intenção de auxiliar a organização, apresentação e orientação dos documentos necessários à prestação de contas, bem como destacar pontos importantes das legislações e documentos que regulamentam o recebimento de recursos repassados pelo Município de São Bento do Sul, às Organizações da Sociedade Civil. Os casos omissos deverão seguir o previsto na Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

**Importante:** O não cumprimento das exigências descritas neste manual acarretará na rejeição da prestação de contas e devolução ao remetente para as alterações necessárias.

**1.1. Prazos para Apresentação da Prestação de Contas e Utilização dos Recursos:**

a) As prestações de contas deverão ser apresentadas respeitando os prazos abaixo elencados:

**Parcela única:** em até 60 (sessenta) dias corridos após o término da vigência do termo de fomento ou termo de colaboração.

**Em duas ou mais parcelas:** em até 30 (trinta) dias corridos após a liberação dos recursos, ou seja, da data do depósito na conta da organização da sociedade civil.

b) Excepcionalmente, o prazo para a entrega da prestação de contas poderá ser prorrogado uma única vez, por período não superior a 30 (trinta) dias, mediante apresentação de solicitação formal e justificativa da organização da sociedade civil. Caso seja necessário prorrogar os prazos, dentro das regras supracitadas, a solicitação de prorrogação de prazo deverá ser encaminhada para o Gestor do termo de fomento/colaboração através de um ofício da organização da sociedade civil, justificando o motivo do não cumprimento do prazo estabelecido. Essa solicitação deve ser realizada antes do término dos prazos previstos no item 1.1 letra “a”.

c) No caso de apresentação de solicitação de prorrogação de prazo para a apresentação da prestação de contas o Gestor do termo de fomento/colaboração terá 05 (cinco) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não do pedido formulado pela organização.





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

d) As entidades que deixarem de prestar contas no prazo estabelecido, ficam sujeitas a tomada de contas especial, a ser instaurada pelo Prefeito e/ou pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com vistas a comprovar a sua boa e regular aplicação.

### **1.2. Liberação das Parcelas**

a) Nos casos de previsão de três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas referente à primeira parcela e assim sucessivamente.

### **1.3. Movimentação Financeira**

a) Todos os recursos oriundos da parceria serão depositados em conta-corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pelo município.

b) Todos os pagamentos deverão ser realizados, por meio de transferência eletrônica:

I – Transferência Eletrônica Disponível (TED);

II – Documento de Ordem de Crédito (DOC);

III – Transferência entre contas;

IV – Boleto bancário; ou

V – Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX).

c) Após a realização de cada pagamento, a entidade deverá incluir no balancete de prestação de contas, no mínimo, as seguintes informações:

I – descrição da despesa detalhando os bens adquiridos, os serviços prestados e as obras executadas;

II – nome, CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador do serviço;

III – número da operação bancária;

IV – dados do contrato a que se refere o pagamento, se houver; e

V – dados das notas fiscais ou outros comprovantes de despesa.

### **1.4. Aplicação Financeira dos Recursos**

a) Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta-corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pelo município, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

b) Os rendimentos da aplicação financeira não serão considerados como contrapartida e deverão ser aplicados no objeto do contrato, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

c) O saldo dos recursos não utilizados até o final do exercício, ou decorrido o prazo de aplicação de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, deverá ser restituído ao Município, através de depósito bancário na conta-corrente do órgão repassador do



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

recurso. Para a comprovação da devolução, a organização deverá enviar cópia do comprovante, devidamente autenticado pelo Banco.

#### **1.5. Não Prestação de Contas**

a) Constatada a ausência da prestação de contas será instaurado processo de Tomada de Contas Especial, na forma da Instrução Normativa N.TC-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Será considerado como não prestadas contas, entre outras situações possíveis, quando:

I. Não apresentadas no prazo regular;

II. Com documentação incompleta; e

III. A documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação do dinheiro público.

#### **1.6. Guarda dos Documentos**

a) É dever da organização da sociedade civil guardar os documentos originais de prestação de contas por um prazo de dez anos, para responderem possíveis solicitações do órgão repassador ou Órgãos Controladores Municipais, Estaduais ou Federais.

### **2. DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

a) Todos os documentos fiscais deverão ser colados em folha A4, nunca ultrapassando suas dimensões. Se o documento original já for uma folha A4 (como no caso de NF eletrônica ou comprovante de pagamentos impressos), não há necessidade de colar em outra folha. Os documentos que não estiverem nessas condições serão integralmente devolvidos à organização da sociedade civil para que sane a irregularidade.

b) Os documentos comprobatórios poderão ser cópias devendo conter o carimbo de “confere com o original”, assinado pelo Gestor do termo de colaboração/fomento.

c) Cada Nota Fiscal apresentada, deverá conter, na sequência, os respectivos comprovantes de pagamento, guias e comprovantes de pagamento de tributos, orçamentos, contratos, fotos, relatórios e demais documentos relacionados à Nota Fiscal, quando aplicável.

2.1. Os documentos deverão ser apresentados na ordem em que estão listados abaixo:

I. Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotos, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, composto dos seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, conforme **Anexo VIII** deste Manual;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- b) Cópia do plano de trabalho aprovado, conforme **Anexo II** deste Manual;
- c) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedido, conforme **Anexo IX** deste Manual;
- d) Balancete de Prestação de contas, conforme **Anexo X** deste Manual, devidamente assinado pelo representante legal e pelo tesoureiro da entidade beneficiária;
- e) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- f) Extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, com a movimentação completa do período (demonstrando desde a entrada do recurso até comprovação do último pagamento);
- g) Cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;
- h) Comprovante da devolução do saldo de recursos por ventura existente, à Unidade Gestora concedente;
- i) Comproverantes de despesas emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal), com a devida Declaração/Termo de aceite, conforme **Anexo XI**, deste Manual.
- j) No caso de obras ou reformas:
  - I. Registro fotográfico da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
  - II. ART e declaração do responsável (Engenheiro com o nº do CREA), dos serviços executados e, no caso de sua conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- l) No caso de doação de cestas básicas, medicamentos, bolsas de estudo e outros: I. Relação contendo: nome completo do beneficiado, nº do CPF, endereço, telefone de contato e assinatura;
- m) No caso de apoio a evento público:
  - I. comprovar o acesso irrestrito e gratuito a população beneficiada, através de folders, cartazes ou folhetos utilizados para sua divulgação. Entende-se que, se uma atividade é subsidiada com recursos públicos, deve ter alcance irrestrito, bem como se ocorrer qualquer tipo de cobrança, a título de ingresso ou contribuição, que impeça o acesso de qualquer pessoa, a entidade responsável, esta deverá comprovar todas as receitas e despesas realizadas, inclusive bilheteria, patrocínio, cobrança de ingressos e todos os recursos aplicados, através de borderô detalhado;
- n) No caso de eventos com palestras e cursos:
  - I. Apresentar uma planilha com nome do palestrante, tema abordado, carga horária, local, data e nome dos participantes com assinatura, RG e telefone;
- o) No caso de abastecimento, troca de óleo, compra ou conserto de veículo:
  - I. Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (RENAVAN) do veículo que comprove que o mesmo é da organização;
  - II. Nota Fiscal da compra no caso de compra de veículo novo;
- p) No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas:
  - I. Relação dos passageiros transportados, contendo nome, RG e telefone fornecida pelo transportador contratado.
  - II. Documentos que comprovem o destino da viagem;
  - III. Dados do veículo que realizou o transporte;
- q) No caso de locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos:
  - I. Cópias dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas,



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação;

**r) No caso de participação em treinamentos e cursos:**

I. Cópia do certificado de participação.

**s) No caso de despesas de hospedagem:**

I. Apresentar listagem contendo os nomes dos hóspedes, data de entrada e de saída fornecida pela empresa.

**t) No caso de despesa com publicidade** serão acompanhados dos seguintes documentos, conforme dispõe a instrução normativa do Tribunal de Contas TC 14/2012:

I. Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa à criação ou produção;

II. Cópia da autorização de divulgação e/ ou do contrato de publicidade;

III. Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

IV. Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva; e

V. Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

**u) Relatório** descrevendo as atividades desenvolvidas e os atendimentos realizados, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

**II) Relatório** emitido pela comissão de monitoramento e avaliação, inclusive nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público; e

**III) Parecer técnico** emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

2.2. Para efeitos legais e de registros contábeis, o comprovante regular de despesa pública deve ser o documento que, por imposição de leis e regulamentos, é destinado ao credor, ou seja, todos os documentos devem estar no nome da entidade:

a) Os comprovantes de despesas deverão apresentar-se preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade, indicando no mínimo as seguintes informações:

I. A data de emissão, o nome e o endereço da organização da sociedade civil;

II. A discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

III. Os valores, unitário e total, das mercadorias e serviços e o valor total da operação.

IV. No caso de apresentação de comprovantes emitidos em outro idioma, apresentar tradução assinada por profissional habilitado.

2.3. Para o cumprimento do item 2.1 letra “i” deste manual a organização da sociedade civil seguirá as regras abaixo:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- I. Na aquisição de bens e prestação de serviços, ou qualquer operação sujeita a tributo, o comprovante hábil deve ser a nota fiscal.
- II. Recibos somente serão aceitos em casos de despesas que não há incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
- III. Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa fornecida pelas Prefeituras Municipais ou pelo Estado, nos casos de prestação de serviços ou venda ao consumidor, respectivamente. Em ambos os casos é obrigatório a apresentação da guia de recolhimento do tributo municipal/estadual, comprovando que o imposto foi devidamente recolhido.
- IV. Quando do pagamento de nota fiscal avulsa, os impostos deverão ser retidos (descontados do valor a pagar ao prestador do serviço) e pagos pela Entidade tomadora do serviço, conforme legislação vigente.
- V. Quando os recursos concedidos se destinarem a pagamento de despesas com pessoal é obrigatório anexar os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS.
- VI. As notas fiscais relativas a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos conterão ainda, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível aplicar controle semelhante. Vale lembrar que uma fotocópia do documento do veículo deve ser anexada às notas fiscais relativas a despesas com o mesmo.
- VII. No caso de pagamento de aluguel para pessoa física, dependendo do valor, fazer a retenção do IRRF e apresentar a guia do imposto paga.
- VIII. No caso de pagamento de funcionários, deverão ser apresentados os recibos de pagamentos de salário.
- IX. No caso de apresentação de RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo), o mesmo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Nome completo do prestador de serviço;
  - b) Função desempenhada, cargo;
  - c) Data da contratação;
  - d) Horas de trabalho que estão sendo remuneradas e o valor da mesma;
  - e) Descrição dos trabalhos desempenhados;
  - f) Mês a que se refere o pagamento;
  - g) Nome da organização e CNPJ;
  - h) Retenções – quais e valores;
  - i) Valor total pago, numérico e por extenso;
  - j) Data e assinatura do prestador de serviço.
- X. O ISS é devido no local (município) onde o serviço foi prestado. Portanto, caso haja a contratação de empresas ou pessoas físicas situadas em outros municípios para a prestação de serviços dentro do Município de São Bento do Sul, é obrigação da organização da sociedade civil reter (descontar do valor a ser pago) o percentual do ISS devido, quando do pagamento ao prestador, e recolhê-lo ao município de São Bento do Sul.

**2.4. Orçamentos/Cotação de preços**

A pesquisa de preços deve ser realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- a) Apresentação de no mínimo 03 (três) orçamentos/cotações de preços;
- I. Quando se tratar de cópia o documento deverá vir com o carimbo de “confere com o original”, assinado pelo gestor do termo de parceria;
- II. Quando se tratar de original devem ser em papel timbrado com a identificação da empresa, com carimbo e CNPJ da empresa, contendo telefone de contato, data da



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

pesquisa, detalhamento do bem ou serviço, incluindo quantidade, valor unitário, valor total e estar assinados pelo representante legal.

III. Em caso de orçamento de pessoa física, apresentar também cópia da identidade do fornecedor.

IV. Os orçamentos deverão ser emitidos por fornecedores dos quais suas atividades principais ou secundárias coincidam com os produtos ou serviços orçados.

V. Quando os orçamentos forem encaminhados via correio eletrônico, solicitar aos fornecedores que digitalizem os orçamentos e, na prestação de contas, apresentar cópia do corpo do e-mail e do orçamento.

b) Também serão aceitos para comprovação de pesquisa de mercado os orçamentos realizados com base no Decreto Municipal nº 1777/2022.

### **2.5. Certidões Negativas**

Em cada prestação de contas apresentar certidões negativas válidas dos seguintes órgãos:

- a) Municipal
- b) Estadual
- c) Federal
- d) INSS
- e) FGTS

### **2.6. Publicidade da Parceria**

A organização deverá manter, em sítio da internet, relação das parcerias realizadas com o Município, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria, com as seguintes informações:

I – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Administração Pública responsável;

II – nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III – descrição do objeto da parceria;

IV – valor total da parceria e valores liberados;

V – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

VI – meios para apresentação de denúncia ao órgão público responsável pela fiscalização da parceria sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

## **3. ENTENDA OS TRAMITES INTERNOS**

c) Sempre que uma organização da sociedade civil recebe um repasse financeiro através de uma parceria com o Município, é obrigação do mesmo prestar contas do recurso utilizado. Seguindo os passos deste manual, a organização da sociedade civil estará apta a prestar contas de forma adequada.

d) Quando a prestação de contas é entregue, ela é analisada em ordem cronológica, ou seja, os processos mais antigos têm preferência de análise.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- 
- e) Casos de pedidos de urgência serão analisados pelo Gestor do termo da respectiva parceria
  - f) A prestação de contas deve ser entregue conforme orientações desse Manual.
  - g) Após a prestação de contas ser protocolada no Setor de Protocolo do Município, o processo será tramitado ao Gestor do Termo, que encaminhará para a Comissão de Monitoramento e Avaliação e, no caso dos repasses financeiros oriundos do FIA, o Gestor do Termo encaminhará ao Conselho CMDCA ou CMI, conforme o caso.
  - h) A Comissão de Monitoramento e Avaliação ou o Conselho CMDCA ou CMI, poderão fazer verificações in loco e solicitar documentos que julgar necessários para o correto entendimento da prestação de contas.
  - i) A Comissão de Monitoramento e Avaliação ou o Conselho CMDCA ou CMI enviarão a prestação de contas, acompanhado de seu parecer, para o Gestor do Termo, para conhecimento e providências, se necessário.
  - j) O Gestor do Termo analisará a prestação de contas e também poderá fazer verificações in loco, solicitar novos documentos que achar necessário ou notificar a organização da sociedade civil para que possa sanar as irregularidades apontadas e, por fim, emitirá seu parecer técnico.
  - k) O Gestor do Termo encaminhará a prestação de contas com os pareceres para o Departamento de Controle Interno.
  - l) O Departamento de Controle Interno, procederá com a análise no prazo de 10 (dez) dias.
    - l.a.i. Se regular, a prestação de contas segue para o Prefeito para aprovação e emissão de parecer final e liberação da próxima parcela, determinando a baixa contábil.
    - l.a.ii. Se não aprovada, a prestação de contas segue para o Prefeito com o relatório das pendências apontadas para que o mesmo tome as providências cabíveis.
- Quando as irregularidades forem sanadas, a prestação de contas segue novamente para o Departamento de Controle Interno, para nova análise, e aprovação se for o caso, para então a **próxima parcela ser liberada**.
- Se as irregularidades não forem sanadas, será aberto Tomada de Contas Especial, com informe ao Tribunal de Contas do Estado, se for o caso. A liberação de novas parcelas será suspensa e a parceria poderá ser revogada.
- Após a análise do Prefeito, o mesmo emitirá um Parecer para a organização da sociedade civil, informando a situação da prestação de contas, que se dará de 03 (três) formas:
- a) regular, quando nenhuma irregularidade foi encontrada;





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

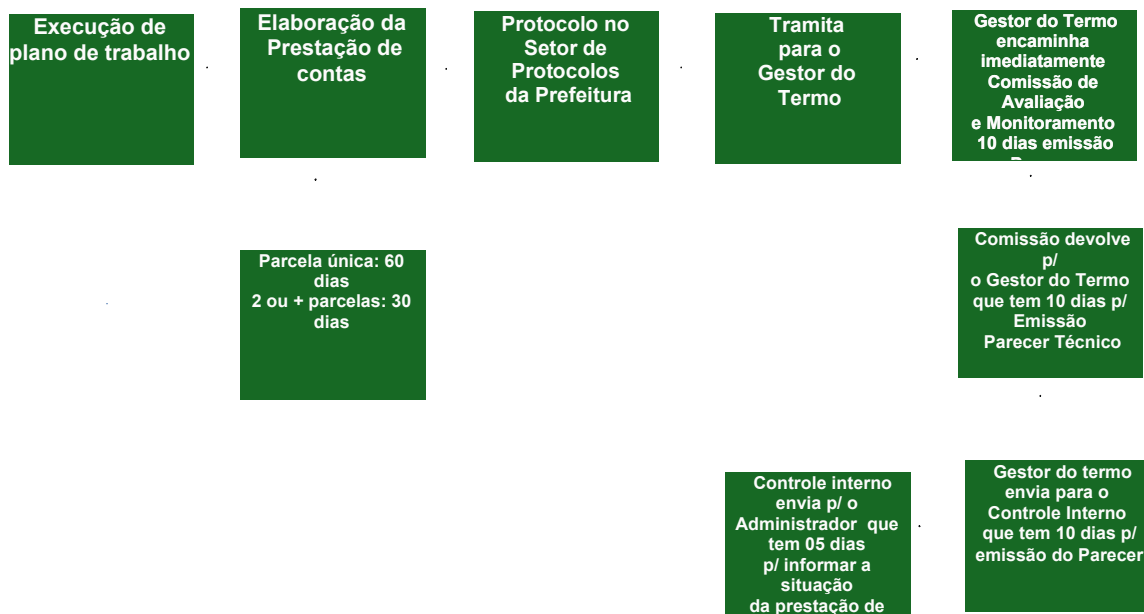
Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

- b) regular com ressalva, quando as irregularidades encontradas foram sanadas;  
c) irregular, quando as pendências encontradas não foram regularizadas.
- Na segunda hipótese, as ressalvas apontadas não poderão ser aceitas em futuras Prestações de Contas.
  - Na primeira e nas segundas hipóteses, a organização ficará com a CND regular.
  - Na hipótese de prestação de contas irregular, o processo será encaminhado para Tomada de Contas Especial.

**Fluxograma de tramitação da Prestação de Contas:**







**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**Cronograma/fluxograma de tramitação da Prestação de Contas Recursos do FIA:**

Execução de  
plano de trabalho

Elaboração da  
Prestação de  
contas

Protocolo no  
Setor de  
Protocolos  
da Prefeitura

Tramita  
para o  
Gestor do  
Termo

Gestor do Termo  
encaminha  
imediatamente  
P/ o Conselho que  
tem  
10 dias emissão  
Parecer

Parcela única: 60  
dias  
2 ou + parcelas: 30  
dias

Conselho devolve p/  
o Gestor do Termo  
que tem 10 dias p/  
Emissão  
Parecer Técnico

Controle interno  
envia p/ o  
Administrador que  
tem 05 dias  
p/ informar a  
situação  
da prestação de  
contas

Gestor do termo  
envia para o  
Controle Interno  
que tem 10 dias p/  
emissão do Parecer



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO I**

**MODELO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA PARCERIA  
( Organização da Sociedade Civil )**

**Subscritor da proposta:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Responsável pela proposta:**

**CPF:**

**Endereço:**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Nome da proposta:**

**Indicação do interesse público envolvido**

**Diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver**

**Indicação da viabilidade**

**Indicação dos benefícios**

**Estimativa de custos**

**Estimativa de prazo de execução**

São Bento do Sul (SC), xx de xxxxxxxx de 20XX.

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

---

*Dirigente*

---

*Responsável pela proposta***ANEXO II  
PLANO DE TRABALHO 1/3****1 – DADOS CADASTRAIS**

Proponente		CNPJ	
Endereço			
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
Nome do Responsável			C.P.F.
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	E-mail	
Endereço			C.E.P.

**2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:	Período de Execução	
	Início:	Término:
Identificação do Objeto:		
Justificativa:		



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

---

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**  
Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015  
Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050  
Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**PLANO DE TRABALHO 3/3**

**5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)**

**CONCEDENTE**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

**PROPONENTE**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

**6 – DEFERIMENTO SOLICITADO**

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho proposto no ano de \_\_\_\_\_.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Conveniente

**7 – MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE**

Deferido	
_____	_____
Local e data	Concedente
Indeferido	
_____	_____
Local e data	Concedente

**ANEXO III**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**CHECK LIST PARA ORGANIZAÇÃO, PAGINAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE  
PARCERIAS CHAMAMENTO + TERMO DE FOMENTO**

Guia de Tramitação	
Manifestação de interesse social	
Plano de Trabalho	
Estatuto	
Ata de posse da atual diretoria	
Parecer contábil sobre a existência de dotação e disp. Financeira	
Edital de Chamamento e anexos	
Publicação do edital	
Ato designando Comissão de Seleção e Julgamento e publicação	
Ato designando Comissão de Monitoramento e Avaliação e publicação	
Ato designando Gestor da parceria e publicação	
Protocolo dos envelopes	
Propostas e documentos enviados pelas interessadas	
Ata de abertura e julgamento das propostas	
Divulgação do resultado preliminar	
Documentos relativos a interposição de recursos (se houver)	
Documentos relativos a análise dos recursos (se houver)	
Homologação e a respectiva publicação	
Convocação das entidades selecionadas para apresentação do plano de trabalho	
Plano de Trabalho Atualizado conforme Chamamento Público	
Parecer da Comissão de Seleção e Julgamento	
Parecer do Órgão Técnico	
Parecer Jurídico	
Lei autorizativa e a publicação	
Termo de fomento e a publicação	



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**CHECK LIST PARA ORGANIZAÇÃO, PAGINAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE  
PARCERIAS CHAMAMENTO + TERMO DE COLABORAÇÃO**

Guia de Tramitação	
Parecer contábil sobre a existência de dotação e disp. Financeira	
Edital de Chamamento e anexos	
Publicação do edital	
Ato designando Comissão de Seleção e Julgamento e publicação	
Ato designando Comissão de Monitoramento e Avaliação e publicação	
Ato designando Gestor da parceria e publicação	
Protocolo dos envelopes	
Propostas e documentos enviados pelas interessadas	
Ata de abertura e julgamento das propostas	
Divulgação do resultado preliminar	
Documentos relativos a interposição de recursos (se houver)	
Documentos relativos a análise dos recursos (se houver)	
Homologação e a respectiva publicação	
Convocação das entidades selecionadas para apresentação do plano de trabalho	
Plano de Trabalho	
Parecer da Comissão de Seleção e Julgamento	
Parecer Órgão Técnico	
Parecer Jurídico	
Lei autorizativa e a publicação	
Termo de fomento e a publicação	

**CHECK LIST PARA ORGANIZAÇÃO, PAGINAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE  
PARCERIAS DISPENSA DE CHAMAMENTO + TERMO DE COLABORAÇÃO**

Guia de Tramitação	
Parecer contábil sobre a existência de dotação e disp. financeira	
Justificativa da dispensa do chamamento	
Publicação da dispensa	
Ato designando Comissão de Seleção e Julgamento e publicação	
Ato designando Comissão de Monitoramento e Avaliação e publicação	
Ato designando Gestor da parceria e publicação	





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Protocolo dos envelopes	
Propostas e documentos enviados pelas interessadas	
Ata de abertura e julgamento das propostas	
Divulgação do resultado preliminar	
Documentos relativos a interposição de recursos (se houver)	
Documentos relativos a análise dos recursos (se houver)	
Homologação e a respectiva publicação	
Convocação das entidades selecionadas para apresentação do plano de trabalho	
Plano de Trabalho	
Parecer da Comissão de Seleção e Julgamento	
Parecer Órgão Técnico	
Parecer Jurídico	
Lei autorizativa e a publicação	
Termo de fomento e a publicação	

**CHECK LIST PARA ORGANIZAÇÃO, PAGINAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE  
PARCERIAS ATRAVÉS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Guia de Tramitação	
Edital de chamamento ou justificativa da dispensa do chamamento	
Publicação do chamamento ou da dispensa	
Ato designando Comissão de Seleção e Julgamento e publicação	
Ato designando Comissão de Monitoramento e Avaliação e publicação	
Ato designando Gestor da parceria e publicação	
Protocolo dos envelopes	
Propostas e documentos enviados pelas interessadas	
Ata de abertura e julgamento das propostas	
Divulgação do resultado preliminar	
Documentos relativos a interposição de recursos (se houver)	
Documentos relativos a análise dos recursos (se houver)	
Homologação e a respectiva publicação	
Convocação das entidades selecionadas para apresentação do plano de trabalho	
Plano de Trabalho	



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Parecer da Comissão de Seleção e Julgamento	
Parecer Órgão Técnico	
Parecer Jurídico	
Lei autorizativa e a publicação (se for o caso)	
Termo de fomento e a publicação	

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Qualquer documento extra, deverá ser anexado ao processo na ordem cronológica;
- b) O processo digitalizado deverá ser enviado ao Controle Interno em até 10 (dez) dias após a publicação do Termo de Fomento ou Colaboração ou o Acordo Técnico para que seja divulgado no Portal da Transparência.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO IV  
MODELO PARECER CONTÁBIL**

**1. Objeto:**

**2. Secretaria Interessada:**

**3. Valor (R\$):**

**4. Forma de pagamento:**

**5. Dotação orçamentária:**

**6. Recurso Orçamentários:**

( ) Há disponibilidade

( ) Não há disponibilidade

**7. Recursos Financeiros:**

( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com disponibilidade

( ) Não há previsão de recursos financeiros

São Bento do Sul, ..... de ..... de 2023

\_\_\_\_\_  
**Nome contador**  
**Contador CRC/SC .....**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO V**  
**MODELO DE PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO 1/3**  
**(PORTARIA Nº XXX/20XX)**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXXX/20XX**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/20XX**  
**OBJETO:**

**ÁREA:** ( ) EDUCAÇÃO ( ) SAÚDE ( ) ASSISTÊNCIA SOCIAL ( ) CULTURA ( )  
**ESPORTE ( ) TECNOLOGIA ( ) .....**

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC:**

**1. SELEÇÃO E JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO**

	Peso	Plenamente Satisfatório (A)	Satisfatório (B)	Insatisfatório (C)
1. Viabilidade de execução dos Objetivos Propostos				
2. Consonância com objetivos propostos				
3. Estratégia prevista para execução das ações				
4. Coerência do valor global proposto com o valor referência				
5. Capacidade técnica e operativa				
6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento das metas				
7. Coerência nas metas indicadas				
8. Descrição das ações e o nexo com o projeto proposto				
9. Natureza da proponente				
TOTAL				

**MODELO DE PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO 2/3**

**2. PARECER CONCLUSIVO**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

## 2.1 ANÁLISE PRELIMINAR:

2.1.1 Demonstração dos objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.2 O formato e os itens do Plano de Trabalho atendeu a legislação?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.3 – Quanto ao mérito da proposta, é possível firmar a parceria?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.4 – Ficou demonstrado a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.5 - É viável a execução do Plano de Trabalho?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.6 – Houve a verificação do cronograma de desembolso?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.7 – Está previsto os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.8 – É possível a aprovação do Plano de Trabalho?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.9 – Foi designado o gestor da parceria, nos termos da Lei 13.019/2014?

( ) SIM ( ) NÃO Nome: .....Portaria nº.....Decreto nº .....

2.1.10 – Foi designada Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, nos termos da Lei 13.019/2014?

( ) SIM ( ) NÃO Portaria nº..... Decreto nº .....

## 3. EMISSÃO DE PARECER CONCLUSIVO

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar da documentação constante no Processo, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à OSC, estando habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Favorável)**

### MODELO DE PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO 3/3 (PORTARIA Nº XXX/20XX)

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar da documentação constante no Processo, emitimos **PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS**, ao **PLANO DE TRABALHO**, o qual não justificou o cronograma de execução nos meses de xxxxxxxx e xxxxxxxxxx, sendo necessário para assinatura do Termo de Parceria a comprovação das atividades a serem executadas nos referidos meses. A OSC estará habilitada a celebrar a parceria com o Município desde que sanadas as pendências/inconsistências/irregularidades apontadas. **(modelo no caso de Parecer Favorável com Ressalvas)**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar da documentação constante no Processo, emitimos **PARECER DESFAVORÁVEL**, sendo que a OSC não está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Desfavorável)**

nome, RG/CPF e assinatura do Presidente da Comissão:

nome, RG/CPF e assinatura do Secretário (a) da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO VI**  
**MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 1/3**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXXX/20XX**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/20XX**  
**OBJETO:**

**ÁREA: ( ) EDUCAÇÃO ( ) SAÚDE ( ) ASSISTÊNCIA SOCIAL ( ) CULTURA ( )**  
**ESPORTE ( ) .....**

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC:**

**1. SELEÇÃO E JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO**

	Peso	Plenamente Satisfatório (A)	Satisfatório (B)	Insatisfatório (C)
1. Viabilidade de execução dos Objetivos Propostos				
2. Consonância com objetivos propostos				
3. Estratégia prevista para execução das ações				
4. Coerência do valor global proposto com o valor referência				
5. Capacidade técnica e operativa				
6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento das metas				
7. Coerência nas metas indicadas				
8. Descrição das ações e o nexo com o projeto proposto				
9. Natureza da proponente				
TOTAL				



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 2/3**

**2. PARECER CONCLUSIVO**

**2.1 ANÁLISE PRELIMINAR:**

2.1.1 Demonstração dos objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.2 O formato e os itens do Plano de Trabalho atendeu a legislação?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.3 – Quanto ao mérito da proposta, é possível firmar a parceria?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.4 – Ficou demonstrado a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.5 - É viável a execução do Plano de Trabalho?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.6 – Houve a verificação do cronograma de desembolso?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.7 – Está previsto os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.8 – É possível a aprovação do Plano de Trabalho?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

2.1.9 – Nome do Gestor da Parceria e nº da Portaria de Designação:

2.1.10 – Número da Portaria de Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria

**3. EMISSÃO DE PARECER CONCLUSIVO**

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emito PARECER FAVORÁVEL, Atendendo as recomendações e pela análise de documentos a OSC está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Favorável)**





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**MODELO DE PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (SECRETARIA) 3/3**

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emitimos PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS, ao PLANO DE TRABALHO, que não justificou o cronograma de execução nos meses de janeiro e dezembro, sendo necessário para assinatura do Termo de Parceria a comprovação das atividades a serem executadas nos referidos meses. Atendendo as recomendações e pela análise de documentos a OSC está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Favorável com Ressalvas)**

Diante da Pontuação apresentada e da análise preliminar, emitimos PARECER DESFAVORÁVEL, tendo em vista que, pela análise de documentos a OSC não está habilitada a celebrar a parceria com o Município. **(modelo no caso de Parecer Desfavorável)**

nome, RG/CPF e assinatura do .....



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO VII  
MODELO DE PARECER JURÍDICO 1/6**

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXXXX/20XX

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXX

**PARECER JURÍDICO nº XXXX/20XX**

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO  
SUL, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA MUNICIPAL  
DE ..... E A ORGANIZAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL .....,  
CUJO OBJETO CONSISTE EM  
.....

**DO RELATÓRIO:**

A Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX encaminhou expediente a esta Procuradoria para análise e manifestação de Parecer Jurídico, acerca da intenção em celebrar **fomento/colaboração** com a Organização da Sociedade Civil ....., cujo objeto consiste em .....

É o breve relatório.

**DA FUNDAMENTAÇÃO:**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Lei nº 13.019/2014 estabeleceu normas gerais para disciplinar as relações de cooperação das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as entidades qualificadas de organizações da sociedade civil.

Por parcerias voluntárias a referida Lei, considera qualquer modalidade de acordo, que envolva ou não transferência voluntárias de recursos financeiros, entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil para ações de interesse recíproco em regime de mútua cooperação.

As parcerias voluntárias são instrumentos de fomento/colaboração social. A atividade administrativa de fomento/colaboração é uma atividade indireta que visa estimular a ação dos agentes privados considerada de relevante interesse ou utilidade pública.

O objeto do Termo de Fomento/Colaboração que se pretende celebrar é: .....

É possível depreender-se dos autos que o objeto que se pretende celebrar é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos partícipes (celebrantes) para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais da OSC celebrante.

**MODELO DE PARECER JURÍDICO 2/6**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**DA CARACTERIZAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL:**

Organizações da Sociedade Civil, segundo a Lei nº 13.019/2014, *“são as entidades privadas sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.”*

Nessa linha, analisando os documentos constantes nos autos, especialmente o estatuto da OSC, verifica-se que esta não possui fins econômicos, portanto, passível de celebrar parceria nos termos da Lei nº 13.019/2014.

**DO PLANO DE TRABALHO:**

Nos moldes da Lei nº 13.019/2014, deverá conter no Plano de Trabalho das parcerias celebradas: (i) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidos; (ii) descrição das metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; (iii) a previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; (iv) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; (v) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Ainda, a Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, apresenta outras informações a serem inseridas no Plano de Trabalho, a saber: (i) identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para execução do objeto; (ii) descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter; (iii) justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos; (iv) especificação de todas as demais fontes de recurso que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso; (v) plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados; (vi) cronograma físico de execução; (vii) cronograma financeiro de desembolso; (viii) especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

Assim, tanto a Lei nº 13.019/2014 como a Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC, estabelecem quais informações devem fazer parte do Plano de Trabalho.

**MODELO DE PARECER JURÍDICO 3/6**

Ressalta-se, por oportuno, que a análise técnica constante no plano de trabalho não compete a esta Procuradoria.

PRnc-11RAFMRIA C;FRAI r7 CI MIINIC IPIC-



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Ressalta-se, ademais, que a vigência do Termo de **Fomento/Colaboração** e a consecução do Plano de Trabalho somente iniciarão após devidamente formalizado e publicado os atos legais.

Importante frisar que é vedado utilizar os recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

Por outro lado, o art. 46 da Lei nº 13.019/2014 permite que sejam pagas as despesas elencadas nos incisos I ao IV: (i) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; (ii) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; (iii) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; (iv) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

A prestação de contas da parceria deverá obedecer as regras do art. 63 e seguintes da Lei nº 13.019/2014 e Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**EM CASO DA DISPENSA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO:**

A Lei nº 13.019/2014 disciplina que a seleção da organização da sociedade civil se dará por intermédio de chamamento público. Entretanto, há casos situações que possuem caracterizações específicas, tornando-se inviável a realização de chamamento público.

Em razão da .....para manter a prestação da parceria realizada com a OSC, entende a Secretaria Municipal de ..... que estão configurados os requisitos exigidos pelo art. XXX, da Lei nº 13.019/2014.

Diante de tal situação e tendo em vista a relevância pública da parceria outrora firmada com a referida OSC, é que esta Procuradoria aquiesce à dispensa na formalização do Chamamento Público.

Verificado os requisitos de XXXXXXXXXXXX decorrente de XXXXXXXX, necessária se faz a verificação dos requisitos mínimos exigidos legalmente para que essa dispensa/inexigibilidade tramite.

Do texto legal retira-se que, primeiro, a ausência de chamamento público deverá ser devidamente justificada pelo administrador público. Após, sob pena de nulidade, o extrato da respectiva

**MODELO DE PARECER JURÍDICO 4/6**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

justificativa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, nos meios de publicações legais.

Portanto, cabe a Secretaria interessada elaborar o termo de justificativa de Dispensa de Chamamento Público, e, depois de formalizado, publicar o referido extrato.

***DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DAS PARCERIAS:***

Nos termos do art. 33 da Lei nº 13.019/2014, as Organizações da Sociedade Civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social:

Os objetivos da entidade constam no artigo XX de seu estatuto. A verificação de que tais objetivos estão voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social, fica a cargo da Secretaria interessada.

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta:

O artigo 52 do estatuto expressa que em caso de dissolução o resultado será depositado em conta bloqueada do Banco do Brasil e será restituído, acrescido de juros bancários respectivos e correção monetária ao sindicato mesma categoria que vier a ser reconhecido pelo órgão competente.

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade:

Nos moldes do art. XX do estatuto, a escrituração das receitas e despesas deverão observar as normas contábeis previstas em Lei e em instruções vigentes.

d) possuir

d.1 — no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los:

A situação cadastral da entidade está ativa desde xx/xx/20xx.

d.2 — experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante:

Cabe a Secretaria interessada se manifestar sobre tal ponto.

d.3 — instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas:

Declaração de fls. XXX.

**MODELO DE PARECER JURÍDICO 5/6**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

Quanto à documentação necessária, o art. 34 da Lei nº 13.019/2014 expressa que as Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar:

a) certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado: constam em fls. XXX, XXX e XXX.

b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial: a cópia do estatuto consta em fls. XXX.

c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual: fls. XXX/XXX dos autos.

d) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles: consta em fls. XXX/XXXX.

e) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado: fls. XXX dos autos.

**DO TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO:**

São cláusulas essenciais, nos moldes do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, e devem estar contidas no termo de fomento/colaboração a ser realizado:

a) a descrição do objeto pactuado; b) as obrigações das partes; c) quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso; d) a contrapartida, quando for o caso; e) a vigência e as hipóteses de prorrogação; f) a obrigação de prestar contas, com definição de forma, metodologia e prazos; g) a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 da Lei 13.019/2014; h) a obrigatoriedade de restituição de recursos; i) a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pelo Município; j) a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade; k) a obrigação da organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da lei 13.019/2014; l) o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; m) a faculdade dos participantes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da

**MODELO DE PARECER JURÍDICO 6/6**

estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias; n) a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa,



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; o) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; p) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**3- DA CONCLUSÃO:**

Por todo o exposto, ao contido nos autos e em razão da documentação e da legislação atinente ao caso, este parecer tem o escopo de firmar que o objeto que se pretende celebrar é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos partícipes (celebrantes) para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais da Secretaria celebrante.

Ressalva-se: (i) a necessidade de fazer constar nos autos Parecer Técnico a ser emitido pela Secretaria interessada, nos moldes do art. 35, V da Lei nº 13.019/2014; Parecer da Comissão de Avaliação e Julgamento, nos moldes do art. 2º, XI, da Lei nº 13.019/201.

Considerando a existência de xxxxxxxxx na formalização da parceria, conforme exposto nos autos, a Lei nº 13.019/2014 permite a dispensa de realização de chamamento público. Assim, sob pena de nulidade, a justificativa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado o fomento/colaboração, nos meios de publicações legais.

Para cumprimento da Lei nº 13.019/2014, bem como pela efetividade do princípio da Publicidade, dever-se-á publicar o termo da parceria e a justificativa da dispensa/inexigibilidade de chamamento público no Diário Oficial do Município de Santa Catarina — DOM/SC e no endereço eletrônico de ambos os, partícipes.

À Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXX para prosseguimento.

É o parecer.

São Bento do Sul, XX de XXXXX de 20XX.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO VIII**

**MODELO DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE  
CONTAS**

São Bento do Sul/SC, 00 de ..... de 202....

**De:** (nome da OSC)

**Para:** XXXXXX (Gestor do Termo)

**Sr(a):** XXXXXX

**Assunto:** Prestação de contas do Termo de (Fomento ou Colaboração) nº.....,  
parcela nº..... Lei municipal nº.....

Prezado(a) Sr(a)

Encaminhamos-lhe a prestação de contas do Termo de (Fomento ou Colaboração) nº....., firmado entre o Município de São Bento do Sul/SC e (nome da organização da sociedade civil) referente a parcela nº....., no valor de R\$. .... recebida no dia ... de .... de 202.....

Colocamo-nos a disposição através do e-mail..... ou telefone ....., com o Sr (a).....

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
**Nome e assinatura do Gestor do Termo ou Presidente do Conselho**





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

---

**ANEXO IX**

**MODELO DECLARAÇÃO APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Na qualidade de titular e representante legal da (NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL), sito a Rua (endereço da organização), no Município de São Bento do Sul – Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o número (número do CNPJ), DECLARO que os recursos referentes a ..... parcela do Termo de (colaboração ou fomento) número ....., foram rigorosamente aplicados segundo o plano de trabalho.

Por ser verdade, firmo o presente.

São Bento do Sul, (dia) de (mês) de (ano).

---

**Assinatura do Responsável pela organização**

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)**ANEXO X****MODELO DE BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Prefeitura Municipal de São Bento do Sul Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados Mês/Ano: _____						
Unidade Concedente:						
Ordenador da Despesa:						
Entidade Beneficiada:						
Endereço:						
Responsável:						
Nota de Empenho Nº: _____ Data: ____/____/20____. Valor R\$ _____						
Projeto/Atividade: _____ Item/Fonte: _____						
Histórico Fiel da Finalidade:						
Docum Nº	Data Doc.	Data Pagto	Ordem Bancária	Histórico	Recebimen to s	Pagamentos
TOTAL EM R\$						

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

Assinatura do Titular da Entidade

Assinatura do Contador/Tesoureiro da  
Entidade



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO/TERMO DE ACEITE**

Na \_\_\_\_\_, qualidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ representante \_\_\_\_\_ legal \_\_\_\_\_ da  
\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro:  
\_\_\_\_\_, Cidade:  
\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_/SC, Inscrita no  
CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_,  
Declaro para os devidos fins que o material(ais) foi/foram recebido(s) ou o(os)  
serviço(s) foi/foram prestado(s)

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Presidente: \_\_\_\_\_  
Assinatura com firma reconhecida

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_

Tesoureiro: \_\_\_\_\_  
Assinatura com firma reconhecida

**Observação:** Será aceito também o carimbo, conforme modelo abaixo, nos  
comprovantes de despesas emitidos em nome da Organização da Sociedade Civil

Certifico que o material/serviço constante deste  
documento foi recebido/prestado e está em  
conformidade com as especificações nele  
consignadas.  
\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:  
Assinatura:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA**

Na \_\_\_\_\_, qualidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ representantes \_\_\_\_\_ legais \_\_\_\_\_ da  
\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_/SC, Inscrita no  
CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_,

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em aplicar a contrapartida mínima exigida dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Presidente: \_\_\_\_\_  
Assinatura com firma reconhecida

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_

Tesoureiro: \_\_\_\_\_  
Assinatura com firma reconhecida

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)**ANEXO XIII****MODELO PARECER DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E  
AVALIAÇÃO OU DOS CONSELHOS CMDCA OU CMI**

<b>Parecer nº:</b>
<b>De: Comissão de Monitoramento e Avaliação ou CMDCA ou CMI designada pelo Decreto nº ou Portaria nº:</b>
<b>Para: Gestor do Termo de Fomento/Colaboração – Sr.(a)</b>
<b>Número da Parcela a que se refere a prestação de contas:</b>
<b>Período de Vigência:</b>
<b>Nome da organização da sociedade civil:</b>
<b>Objeto da parceria:</b>
<b>Valor total do Termo da parceria (R\$):</b>
<b>Valor da parcela (R\$):</b>
<b>Valor utilizado da parcela (R\$):</b>
<b>Valor da aplicação financeira (R\$)</b>
<b>Devoluções efetuadas (R\$)</b>
<b>Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho (descreva)</b>
<b>Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho. (realizar análise)</b>
<b>Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas:</b> ( ) De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. ( ) Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. ( ) Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. ( ) Constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. ( ) Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto. ( ) Parcialmente, pois não constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. Quanto aos documentos apresentados, houve ausência dos seguintes:
Anexar os documentos faltantes e retornar a Prestação de Contas para nova avaliação do Departamento de Controle Interno. ( ) Em desacordo com a Lei nº 13.019/2014. Justifique.
<b>Relação de bens ou serviços adquiridos (relacionar os bens e serviços)</b>

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**Foram realizadas auditorias?** ( ) Sim ( ) Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência das auditorias.

**Foram realizadas visitas?** ( ) Sim ( ) Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios referente visitas *in loco* realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação

**Foi realizada Pesquisa de Satisfação com os beneficiários do plano de trabalho?** ( ) Sim ( ) Não caso positivo, anexar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

**Conclusão Final**

*(elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalvas ou reprovação, bem como as providências adotadas).*

**Deste modo, recomendamos a:** ( ) aprovação ( ) aprovação com ressalvas  
( ) reprovação da presente prestação de contas.

São Bento do Sul, ..... de ..... de 20XX

nome, RG/CPF e assinatura do Presidente da Comissão:

nome, RG/CPF e assinatura do Secretário (a) da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão

nome, RG/CPF e assinatura do Membro da Comissão



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO XIV**

**MODELO PARECER TÉCNICO DO GESTOR DA PARCERIA**

<b>Parecer nº:</b>
<b>De:</b> Nome do Gestor da Parceria
<b>Para:</b> Departamento de Controle Interno
<b>Número da Parcela a que se refere a prestação de contas:</b>
<b>Período de Vigência:</b>
<b>Nome da organização:</b>
<b>Objeto da parceria:</b>
<b>Valor total da parceria (R\$):</b>
<b>Valor da parcela (R\$):</b>
<b>Valor utilizado da parcela (R\$):</b>
<b>Valor da aplicação financeira (R\$)</b>
<b>Devoluções efetuadas (R\$)</b>
<b>Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho (descreva)</b>
<b>Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho. (realizar análise)</b>
<b>Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas:</b> <input type="checkbox"/> De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. <input type="checkbox"/> Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. <input type="checkbox"/> Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique. <input type="checkbox"/> Constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. <input type="checkbox"/> Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto. <input type="checkbox"/> Parcialmente, pois não constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela Lei nº 13.019/2014. Quanto aos documentos apresentados, houve ausência dos seguintes:  Anexar os documentos faltantes e retornar a Prestação de Contas para nova avaliação do Departamento de Controle Interno. <input type="checkbox"/> Em desacordo com a Lei nº 13.019/2014. Justifique:
<b>Relação de bens ou serviços adquiridos (relacionar os bens e serviços)</b>
<b>Foram realizadas auditorias?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não caso positivo, anexar documentos

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

comprobatórios das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência das auditorias.

**Foram realizadas visitas?** ( ) Sim ( ) Não caso positivo, anexar documentos comprobatórios referente visitas *in loco* realizado pela Comissão de Monitoramento

**Foi realizada Pesquisa de Satisfação com os beneficiários do plano de trabalho?** ( ) Sim ( ) Não caso positivo, anexar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

**Conclusão Final**

*(elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalvas ou reprovação, bem como as providências adotadas).*

**Deste modo, recomendo a:** ( ) aprovação ( ) aprovação com ressalvas  
( ) reprovação da presente prestação de contas.

São Bento do Sul, ..... de ..... de 20XX

(nome do gestor)

Gestor do termo de .....





**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO XV**

**MODELO PARECER DO CONTROLE INTERNO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

<b>Parecer nº:</b>
<b>De:</b> Departamento de Controle Interno
<b>Para:</b> Sr. .... Prefeito - GAPRE
<b>Número da Parceria Período a que se refere a prestação de contas:</b>
<b>Período de Vigência:</b>
<b>Nome da organização:</b>
<b>Objeto da parceria:</b>
<b>Valor total da parceria (R\$):</b>
<b>Valor da parcela (R\$):</b>
<b>Valor utilizado da parcela (R\$):</b>
<b>Valor da aplicação financeira (R\$)</b>
<b>Devoluções efetuadas (R\$)</b>
<b>Parecer:</b> <p>Após a análise e emissão do parecer do Gestor desta parceria, do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação e/ou da Comissão de Avaliação os autos do processo de prestação de contas foram encaminhados para manifestação do Controle Interno.</p> <p>Da análise do processo de prestação de contas (fls .....-.....) em epígrafe constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.</p> <p>Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto.</p> <p>Sendo assim, considera-se <b>REGULAR</b> em forma e conteúdo a presente prestação de contas.</p> <p><b>(OBSERVAÇÃO: o texto acima deverá ser modificado caso a prestação de contas seja considerada regular com ressalvas ou irregular)</b></p> <p>São Bento do Sul, ..... de ..... de 202...</p> <p>_____ (nome do controlador) Controlador interno</p>



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
São Bento do Sul – CMDCA**

Instituído em 10 de agosto de 1993 – Lei nº 3.540, de 27 de maio de 2015

Rua: João Mühlbauer, 169 – Bairro Serra Alta – 89.291-050

Fone: (47) 3633-7041– E-mail: [cmdca@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:cmdca@saobentodosul.sc.gov.br)

**ANEXO XVI  
MODELO PARECER DO ADMINISTRADOR/PREFEITO**

<b>Parecer nº:</b>
<b>Número da Parceria Período a que se refere a prestação de contas:</b>
<b>Período de Vigência:</b>
<b>Nome da organização:</b>
<b>Objeto da parceria:</b>
<b>Valor total da parceria (R\$):</b>
<b>Valor da parcela (R\$):</b>
<b>Valor utilizado da parcela (R\$):</b>
<b>Valor da aplicação financeira (R\$)</b>
<b>Devoluções efetuadas (R\$)</b>
<b>Parecer:</b> <p>Após a análise e emissão do parecer do Gestor desta parceria, do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação e/ou da Comissão de Avaliação e do parecer do Departamento de Controle Interno, os autos do processo de prestação de contas foram encaminhados para pronunciamento desta autoridade administrativa, a qual compete aprovar ou não as contas.</p> <p>Desse modo, diante da análise do processo de prestação de contas em epígrafe e dos pareceres, constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente.</p> <p>Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto.</p> <p>Sendo assim, considera-se <b>REGULAR</b> em forma e conteúdo a presente prestação de contas.</p> <p>A presente prestação de contas está <b>APROVADA</b>.</p> <p><b>(OBSERVAÇÃO: o texto acima deverá ser modificado caso a prestação de contas seja considerada regular com ressalvas ou irregular)</b></p> <p>Encaminha-se para a Secretaria de Finanças proceder com a baixa da prestação de contas e arquivamento da mesma.</p> <p>São Bento do Sul, ..... de ..... de 202...</p> <p>_____ (nome prefeito) Prefeito</p>